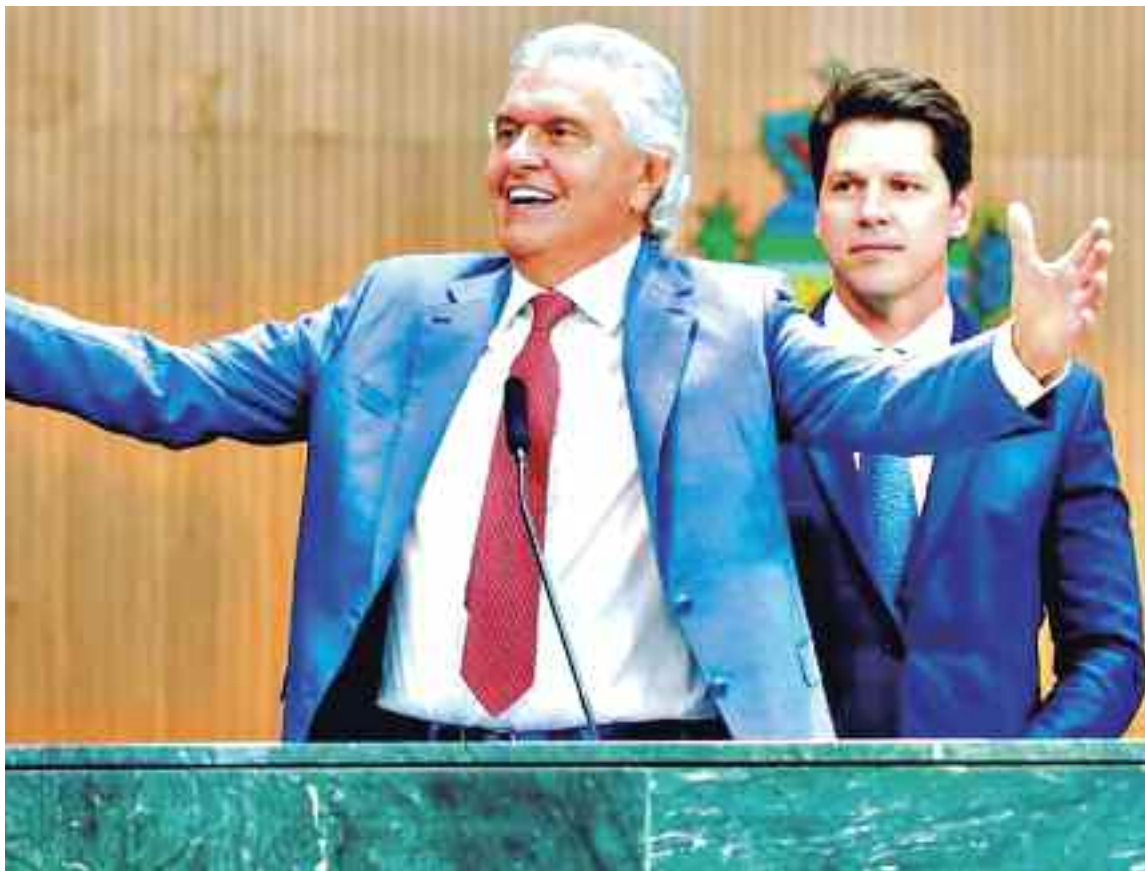


Caiado e Daniel Vilela anunciam fim da cobrança do Fundeinfra

Anúncio ocorreu durante a solenidade de instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª da Alego. Extinção não prejudica andamento de obras. **Páginas 7**



TRIBUNA POLÍTICA

O silêncio de Gayer



Depois de negar o apoio de Bolsonaro a Wilder Morais, o deputado se cala sobre o lançamento da chapa ao governo de Goiás do PL.

Página 3

ELEIÇÕES 2026

Ana Paula no PL embaralha disputa e expõe fissuras no MDB

Paulo José



Entrada da filha de Iris na chapa de Wilder reposiciona legado irista e altera tabuleiro político de 2026.

Página 4

ESCALA 6X1

Divulgação



Indústria e comércio aderem a proposta mais branda

Representantes da indústria e do comércio passaram a admitir a possibilidade de mudanças na jornada de trabalho no país, desde que gradual.

Página 5

ANÁPOLIS

Equatorial rebate Márcio Corrêa após decreto de emergência

Decreto foi motivado por registros de quedas de árvores e postes. Concessionária assegura que o fornecimento de energia "permanece regular", mesmo diante das condições climáticas.

Página 6



HERIVELTO NUNES

Goiás enfrenta o Gama na estreia da Copa do Brasil

O Goiás terá o Gama-DF como adversário em seu retorno à Copa do Brasil, em jogo único, marcado para o dia 25, em local ainda a ser definido pela CBF.

Página 8

EDITORIAL

Ana Paula protagonista

A filiação de Ana Paula Rezende ao PL não é apenas um movimento partidário. É um gesto político carregado de simbolismo, memória e afirmação. Ao deixar o MDB — legenda moldada pela trajetória de seu pai, Iris Rezende — e assumir protagonismo na chapa de Wilder Moraes, do PL, Ana Paula rompe com a expectativa de herdeira silenciosa e reivindica para si o direito de decidir os rumos do próprio capital político.

Ignorada quando manifestou disposição para disputar o Senado pelo MDB, ela encontrou no PL o espaço que lhe foi negado dentro de casa. Sua saída expõe fissuras antigas do partido e demonstra que o chamado irismo já não está automaticamente abrigado sob a mesma sigla. O legado político é simbólico, mas não é propriedade exclusiva de uma estrutura partidária.

Ana Paula carrega um sobrenome que moldou Goiás por décadas. Filha de Iris, é também herdeira da força eleitoral de sua mãe, Iris Araújo, a Dona Iris, deputada federal campeã de votos. Esse patrimônio político, no entanto, não se sustenta apenas na memória, mas exige espaço, voz e projeto, como ela se dispôs a demonstrar.

As reações do governador Ronaldo Caiado e do vice-governador Daniel Vilela, presidente estadual do MDB, revelam mais do que surpresa. Ao sugerir que a decisão teria motivação empresarial ou que foi precipitada, ambos minimizam a possibilidade de que Ana Paula tenha feito uma escolha política autônoma, fruto de cálculo e estratégia. Ao desqualificar o gesto, acabam por reforçar a percepção de que o protagonismo feminino ainda enfrenta resistência quando se impõe fora dos arranjos tradicionais.

Ao migrar para o PL, Ana Paula não apenas muda de partido: ela desloca o eixo simbólico de uma tradição política. Se terá densidade eleitoral é questão que o tempo dirá. Mas, nesta semana, foi ela quem pautou o debate e reorganizou o tabuleiro. E isso, por si só, já é protagonismo.

ARTIGO

Quando as emoções invisíveis começam a pedir escuta

Vivemos em uma era em que as pessoas são incentivadas a seguir em frente, a se adaptar, a “dar conta”. Por trás de rotinas aparentemente funcionais, muitas carregam emoções silenciosas e persistentes: medos sem explicação, tristeza que não passa, reações intensas, bloqueios internos e sensação contínua de peso emocional. Mesmo quando a vida externa parece estável, esse sofrimento afeta decisões, relações, autoestima e capacidade de prosperar.

Na minha experiência como terapeuta, grande parte desse sofrimento está ligada a memórias emocionais não resolvidas. Eventos com dor, ameaça, abando-

no ou impotência ficam registrados de forma desorganizada. Mesmo que o passado tenha sido superado, corpo e mente reagem como se o risco ainda existisse, repetindo padrões de ansiedade, insegurança e autossabotagem.

É nesse contexto que a Terapia de Reprocessamento Gerativo (TRG) se apresenta como abordagem relevante. Seu foco está em como cérebro, corpo e memória organizam experiências. Durante as sessões, a pessoa permanece consciente, em diálogo com o terapeuta e no controle do que é trabalhado. Não é necessário verbalizar as dores, preservando privacidade e conforto.

ARTIGO

As lições do poder de engajamento de Virginia neste Carnaval

Ela já era figura consolidada no universo do entretenimento, passou a ocupar espaço também no noticiário esportivo e, nos últimos dias, tornou-se um dos nomes mais comentados do Carnaval. Elogiada ao estrear na Sapucaí como rainha de bateria ou vaiada por admiradores de sua antecessora, pouco importa. O fato é que não há como ignorar que Virginia Fonseca, aos olhos das redes sociais, tornou-se hoje uma das mulheres mais relevantes do país em termos de atenção digital. Sua trajetória nas plataformas a levou a esse patamar e a pergunta que fica é inevitável: é possível construir um engajamento igualmente potente para si ou para o próprio negócio?

A resposta passa, necessariamente, por estratégia, consistência e gestão de imagem. No caso de Virginia, especialmente neste Carnaval, duas lições se destacam. A primeira é compreender que, nas redes, a indiferença é mais prejudicial do que a crítica. Comentários negativos, quando administrados com inteligência, também geram alcance. Os chamados “haters” alimentam o algoritmo e ampliam a visibilidade. Ao ocupar o centro do debate, seja sob aplausos ou vaias, ela consolidou ainda mais sua notoriedade, inclusive em um território novo como o do samba.

A segunda lição é talvez ainda mais relevante: o poder está nas mãos de quem detém a atenção e,

nas mídias digitais, a atenção pertence a quem produz conteúdo de forma constante e estratégica. Conteúdo deixou de ser acessório; tornou-se ativo central de qualquer marca. No caso de Virginia, cujo público é amplo e heterogêneo, o alcance ganha proporções gigantes. Mas o princípio vale também para nichos específicos: públicos menores, quando bem trabalhados, podem gerar resultados expressivos e autoridade consistente dentro de um mercado.

Aqui, vale uma ressalva. Dizer que Virginia é uma referência digital tem a ver muito com o que as pessoas em geral avaliam como fator para tal condição. E hoje o que as pessoas mais consideram são os números de alcance, não necessariamente atos ou vendas, itens que também precisam ser ponderados por quem busca engajamento nesse tipo de mídia. É fundamental demonstrar essas virtudes.

Atente-se. A combinação entre conteúdo de fato relevante, frequência e conexão é determinante. Não se trata apenas de publicar, mas de criar vínculo. A rotina disciplinada de geração de conteúdo, aliada à linguagem direta e próxima, fortalece a percepção de autenticidade. Quando há constância e identificação, o público acompanha, interage e, sobretudo, confia. E confiança, no ambiente digital, converte-se em engajamento, influência e, consequente-

mente, resultado econômico.

Há ainda uma terceira dimensão implícita nesse movimento: a desintermediação. Ao construir sua própria audiência, a marca, pessoal ou empresarial, reduz a dependência de terceiros para amplificar sua mensagem. Em vez de investir exclusivamente na contratação de influenciadores, torna-se possível assumir o papel de protagonista da própria narrativa. Guardadas as proporções, é essa a lógica que explica a ascensão e a permanência de Virginia no centro das conversas nacionais. Ainda que seu conteúdo não seja algo de interesse geral e social.

O Carnaval apenas evidenciou algo que o mercado já deveria ter aprendido: relevância não nasce do acaso. É fruto de presença contínua, leitura inteligente do ambiente digital e capacidade de transformar atenção em ativo estratégico. Em um cenário no qual visibilidade é moeda, quem domina o conteúdo domina o jogo.



Gustavo Alonge Furtado - especialista em Marketing Digital e diretor da Engajatech



Patrícia Neri - terapeuta de Reprocessamento Gerativo



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Tribuna Política

Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com

O silêncio de Gayer

FOTOS: Divulgação

Fogo amigo

Quatro dias antes da reunião do PL, Gustavo Gayer postou um longo vídeo nas redes sociais denunciando o que chamou de fogo amigo. "O fogo amigo chegou a um nível que não dá mais. Então eu vou tentar agora esclarecer o que tá acontecendo aqui no estado de Goiás." Lembrou quando abriu mão da candidatura a prefeito de Goiânia a pedido de Jair Bolsonaro e que o acordo envolvia o apoio do ex-presidente a sua candidatura ao Senado em 2026.

A pedido de Bolsonaro

Gayer disse também que, a pedido de Bolsonaro, tentou se aproximar de Caiado e convencer Wilder a não ser candidato. "Antes de ser preso, duas semanas antes de ser preso, Bolsonaro havia pedido para mim mais uma vez para que não brigássemos em Goiás, porque nos estados onde houver um candidato à presidência que possa se juntar ao Flávio Bolsonaro no segundo turno, o melhor seria não ter conflito nesses estados, pensando obviamente na união no segundo turno em apoio ao Flávio e também na maioria do Senado."

Apoio a Wilder

Gayer colocou em dúvida o apoio de Bolsonaro à pré-candidatura de Wilder, mas afirmou que "se a ordem de Bolsonaro for a de seguir adiante, apoiar o Wilder, e seguir adiante aqui em Goiás com o PL tendo candidatura, eu não tenho problema algum em seguir". Todavia, não participou da reunião do PL.

Vitor Hugo de volta ao páreo

Um dos primeiros a defender o apoio do PL à pré-candidatura de Daniel Vilela, o vereador Major Vitor Hugo (PL), apesar de seu posicionamento, compareceu ao lançamento da candidatura de Wilder com o discurso de união do partido. Ele foi o primeiro a criar essa divergência no PL, ao organizar uma reunião entre Bolsonaro, o senador Rogério Marinho e Daniel Vilela, ainda em 2024. O diretório estadual do PL chegou a emitir uma nota de repúdio, afirmando que o partido não autorizou Vitor Hugo a dialogar com adversários. A época, o vereador articulava para ser candidato a senador na chapa com o MDB. Sem Gayer, pode voltar a sonhar com a vaga, agora na chapa do PL.



Depois de negar que o senador Wilder Moraes (PL) teria o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro e do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, à pré-candidatura ao governo, o deputado Gustavo Gayer (PL), que defende o apoio do partido a pré-candidatura de Daniel Vilela (MDB), não se manifes-

tou sobre as últimas movimentações do PL de Goiás: a filiação de Ana Paula Rezende ao PL e o lançamento de chapa própria ao governo. Gayer não participou da reunião do PL que anunciou a chapa do governo, na sexta-feira, 20, que contou com a presença do presidente nacional da legenda.

Zacharias decide esta semana

O deputado Zacharias Calil (UB), que esteve na reunião do PL do dia 20, ainda não decidiu se vai se filiar ao PL ou ao PSDB. Seu único projeto é disputar uma cadeira no Senado e a escolha da legenda está condicionada a abertura de uma vaga na chapa majoritária para senador. O deputado está conversando com Marconi Perillo (PSDB) e também com Wilder Moraes e Valdemar Costa Neto. A decisão deve sair esta semana.

Fim da reeleição

Gilberto Kassab antecipou algumas propostas que o PSD deve apresentar na campanha para presidente da República, entre as quais: adotar o voto distrital para aproximar o eleitor dos representantes legislativos; buscar o fim da reeleição; estabelecer idade mínima para os novos membros dos Tribunais superiores.

E eleições unificadas

O senador Jorge Kajuru (PSB) é autor de um projeto que coloca fim na reeleição para presidente, governadores e prefeitos, que já foi aprovado na CCJ do Senado em maio de 2025 e aguarda votação no Plenário. A proposta aumenta os mandatos para 5 anos e unifica as eleições a partir de 2034.

Kajuru

Com Parkinson, Jorge Kajuru terá o apoio do PSB de Goiás caso decida por disputar a reeleição ao Senado. Kajuru ainda não tomou essa decisão. Em tratamento da doença diagnosticada no fim do ano passado, ele vem priorizando a saúde no momento.



A deputada federal Magda Mofatto, que recentemente trocou o PRD pelo PL, também não compareceu à reunião do PL. Ela também defende que o PL apoie Daniel Vilela para o governo.

Modernização

Um servidor do Paço Municipal precisou pagar, do próprio bolso, a manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado na Secretaria de Habitação. A despesa, de cerca de R\$ 1,8 mil, foi indenizada posteriormente pela pasta. O caso mostra que, no momento da execução, não havia contrato vigente nem mecanismo imediato de contratação de um serviço básico.

1 Candidatos

a presidente e vice devem se afastar seis meses antes do pleito se ministros, governadores, prefeitos, secretários, magistrados, membros do MP, tribunais de contas, dirigentes de estatais e autoridades da segurança pública.

2 Dirigentes

de entidades mantidas com recursos públicos devem deixar o cargo quatro meses antes da eleição. Servidores públicos em geral precisam se afastar três meses antes do pleito.

3 As mesmas

regras valem para candidatos a governador, senador, deputado federal e estadual, conforme o cargo exercido.

ELEIÇÕES 2026

Chapa de Wilder com Ana Paula Rezende embaralha disputa e expõe traumas no MDB

Paulo José

Filiação de filha de Iris Rezende ao PL, e sua entrada na chapa majoritária, reposicionam legado do irismo e alteram o equilíbrio político no estado

Lucas de Godoi

A decisão de Ana Paula Rezende de deixar o MDB e aceitar o convite para ser pré-candidata a vice-governadora na chapa do senador Wilder Moraes (PL) reabre divisões históricas dentro do partido e embaralha o cenário político rumo às eleições de 2026. Filha de Iris Rezende, ela leva para fora da legenda o simbolismo do irismo e recoloca em evidência antigas disputas internas, ao mesmo tempo em que amplia o alcance político do projeto liderado por Wilder.

Para o PL, a composição amplia a densidade política da pré-candidatura de Wilder Moraes e sinaliza alinhamento com a estratégia nacional da



Filha de Iris Rezende, empresária leva capital simbólico para novo projeto político

legenda de fortalecer candidaturas próprias nos estados. A presença do presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, em evento com forte participação de lideranças do interior buscou demonstrar viabilidade eleitoral ao projeto e, ao mesmo tempo, estimular a adesão de correligionários ainda reticentes com a chapa própria diante do cortejo da base governista.

Confirmada como vice com pompa, o principal ativo que Ana Paula leva para a campanha é a chama que Iris Rezende

acendeu ao longo de décadas, uma identidade política baseada na presença popular, no municipalismo e na capilaridade no interior do estado. Essa herança simbólica permaneceu associada ao MDB mesmo após sua morte, em 2021 e, ao migrar para outro projeto político, Ana Paula justifica que esse capital histórico não foi valorizado pelo partido e, portanto, lhe cabe reivindicá-lo em outra agremiação.

“Hoje tomei uma das decisões mais difíceis da minha vida e saio do MDB, sigla que

meu pai lutou e foi apaixonado. Mas também saio do partido que fechou as portas do legado que meu pai deixou. E quando as portas se fecham, precisamos prosseguir e encontrar novos caminhos”, discursou a empresária.

A aproximação entre Wilder e Ana Paula vinha sendo construída desde 2025. Em novembro, a Tribuna do Planalto mostrou que o senador visitou o Memorial Iris Rezende e manifestou apoio público à empresária, gesto interpretado como

sinal de alinhamento político em meio às tensões dela com o MDB. Naquele período, ela buscava apoio para concluir o memorial e demonstrava insatisfação com a falta de suporte partidário.

Em entrevista exclusiva à jornalista Andréia Bahia, Ana Paula colocou seu nome como pré-candidata ao Senado, mas não encontrou respaldo dentro da sigla. Daí a decisão, segundo ela, de buscar outro abrigo partidário que sustentasse seu projeto político.

Filiação expõe marcas antigas entre iristas e vilelistas

O MDB sempre foi um guarda-chuva amplo, capaz de abrigar diferentes correntes internas. Entre elas, destacavam-se grupos vinculados ao estilo político de Iris Rezende e outras lideranças que construíram projetos próprios dentro da legenda. Essa convivência, por vezes tensa, moldou o partido ao longo das décadas.

Em 2018, antes de Daniel concorrer ao Governo de Goiás

e ser derrotado por Ronaldo Caiado, então no Democratas, houve divergências graves com antigas lideranças da sigla que culminaram com a expulsão de prefeitos, incluindo o atual secretário de Estado da Infraestrutura de Goiás, Adib Elias. Na época, o então prefeito Iris Rezende chegou a divulgar, sem efeito, uma carta aberta a Daniel em que pedia que Daniel perdoasse os pre-

feitos que teriam apoiado Ronaldo Caiado.

Em 2020, durante a disputa pela Prefeitura de Goiânia, Iris não declarou apoio formal à candidatura de Maguito Vilela (MDB), que na época teria sido dificultado por Ana Paula. O único posicionamento do então prefeito foi um vídeo afirmando estar em orações pelo candidato internado, sem pedir votos ou manifestar

apoio explícito.

A saída de Ana Paula reabre esse debate ao indicar que o irismo, enquanto identidade simbólica, já não está automaticamente vinculado ao MDB. E que a união “irismo-vilelismo” era mais protocolar do que orgânica. Portanto, o legado político deixa de ser patrimônio exclusivo do MDB e passa a circular no ambiente eleitoral mais amplo.

Apesar do impacto político imediato da filiação, a efetividade eleitoral da aliança ainda depende de fatores estruturais. A presença de Ana Paula na chapa oferece narrativa, visibilidade e capacidade de mobilização simbólica, no entanto, ela não possui trajetória eleitoral própria nem rede consolidada no interior, elemento decisivo em disputas majoritárias.

Caiado e Daniel dizem que motivação não é política

O governador Ronaldo Caiado (PSD) e o vice-governador Daniel Vilela (MDB) reagiram com críticas e surpresa à filiação da advogada ao Partido Liberal (PL) e ao anúncio de sua pré-candidatura a vice-governadora na chapa encabeçada pelo senador Wilder Moraes (PL) ao Palácio das Esmeraldas nas eleições de 2026.

Caiado afirmou que foi surpreendido pela decisão e

sustentou que, segundo informações que recebeu, a mudança teve motivação “não política”, mas ligada a interesses empresariais envolvendo o marido da advogada na área de expansão de condomínios. O governador classificou a filiação como uma “opção empresarial” e disse que, se prevalecesse uma lógica estritamente política, a migração partidária não ocorreria.

Já o presidente estadual do MDB, Daniel Vilela, lamentou a saída da advogada do MDB e classificou o gesto como “intempestivo”. Segundo ele, o partido e sua direção insistiram nos últimos anos para que Ana Paula assumisse protagonismo político, incluindo convites para disputar cargos majoritários.

O vice-governador afirmou que a advogada foi prestigiada

internamente e disse estranhar a alegação de que a legenda teria fechado portas para seus projetos.

Ao tratar do motivo central do rompimento, Daniel afirmou que a negativa do governo em financiar o memorial foi uma exigência legal. “Algo que, do ponto de vista pessoal e político, eu teria a maior das boas vontades de fazer, mas a lei impede. Não se pode utilizar

recursos públicos para fazer um memorial particular”, disse.

Segundo ele, a decisão gerou críticas públicas que desconsideraram os limites legais. “É algo muito pequeno, perfeitamente explicável em razão da lei, para ela sair e tomar uma atitude dessa forma, que sem dúvida nenhuma traz uma tristeza enorme para muitos emedebistas do estado.”

LOBBY

Indústria e comércio aderem a proposta mais branda para o fim da escala 6x1

Entidades resistem à redução imediata para 36 horas e apoiam alternativas como a jornada de 40 horas semanais, em meio às negociações da PEC na Câmara

Lucas de Godoi

Depois de meses de resistência, representantes da indústria e do comércio passaram a admitir a possibilidade de mudanças na jornada de trabalho no

país, desde que em um formato mais gradual. Nos bastidores da Câmara dos Deputados, entidades empresariais têm sinalizado preferência por uma versão mais moderada da proposta que prevê o fim da escala 6x1, considerada mais compatível com a realidade produtiva e com a capacidade de adaptação das empresas.

A Proposta de Emenda à Constituição em debate reúne iniciativas que reduzem a jornada semanal de 44 para 36 horas, mas o modelo tem sido objeto de negociação política. Enquanto setores ligados ao movimento trabalhista defendem uma mudança mais ampla, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) passou a articular uma alternativa intermediária de 40 horas semanais, formato que tem

aproximado o diálogo com o empresariado e com parlamentares de centro e direita.

Em documento técnico, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende cautela e sustenta que a mudança pode ter impactos econômicos relevantes. Segundo a entidade, a redução para 36 horas teria "altíssimo custo" para o país e poderia elevar os gastos com trabalhadores formais em 20,7%, além de afetar a competitividade.

O tema ganhou tração política ao migrar das pautas sindicais para o debate eleitoral e para o cotidiano dos trabalhadores. Pesquisas recentes indicam apoio majoritário da população à redução da jornada, enquanto entidades industriais alertam para impactos econômi-

cos relevantes, incluindo aumento de custos e riscos à competitividade.

Diante desse cenário, a tendência no Congresso é de busca por um texto de equilíbrio. O presidente da Câmara, Hugo Motta (REP-PB), já manifestou a intenção de levar a proposta à votação ainda no primeiro semestre, possivelmente até maio, mês simbólico pelo Dia do Trabalhador. Até lá, a tramitação deve intensificar negociações entre governo, setor produtivo e lideranças partidárias, em torno de um modelo que combine redução gradual da jornada com flexibilidade nas relações de trabalho.

PROPOSTA ORIGINAL

A proposta apresentada

pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) prevê o fim da escala 6x1 e a reorganização da jornada semanal para 36 horas distribuídas em quatro dias de trabalho e três de descanso (modelo 4x3), sem redução salarial.

A parlamentar sustenta que a mudança busca melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, ampliar o tempo para convivência familiar, qualificação profissional e cuidados com a saúde, além de reduzir o esgotamento físico e mental associado a jornadas extensas.

O texto original também permite compensação de horários por meio de acordos ou convenções coletivas, oferecendo flexibilidade na adaptação às diferentes atividades econômicas.

O estado número 1 do Brasil JUNTO COM VOCÊ, GOIÁS FOI LÁ E FEZ

- Melhor política social da história, com a menor taxa de extrema pobreza do Brasil
- O estado mais seguro do Brasil, com redução drástica da criminalidade
- 1º lugar na geração de empregos, com renda média do trabalhador acima da nacional
- 1º lugar no IDEB, melhor educação do Brasil

O Governo de Goiás mostrou para o país que o trabalho sério, planejado e comprometido com o cidadão torna tudo possível. Fez de Goiás uma referência em todas as áreas e devolveu o orgulho de ser goiano.

GOVERNO DE **GOIÁS**
O ESTADO QUE DÁ CERTO

ANÁPOLIS

Equatorial rebate Márcio Corrêa após decreto de emergência

Decreto municipal aponta impactos de temporais e interrupções de energia; concessionária contesta e diz que fornecimento segue “regular”

Carlos Nathan Sampaio

A declaração de situação de emergência em Anápolis, assinada pelo prefeito Márcio Corrêa (PL), abriu mais uma vertente no já tenso relacionamento entre a administração municipal e a concessionária Equatorial Goiás. O decreto, publicado no Diário Oficial na última quarta-feira (18), que tem validade de 30 dias, com efeitos retroativos ao período de 26 de janeiro a 24 de fevereiro de 2026, pode ser prorrogado conforme a necessidade e foi motivado por registros de quedas de árvores e postes que teriam provocado interrupções no fornecimento de energia elétrica em diferentes pontos da cidade.

De acordo com o texto do decreto, a situação de emergência autoriza a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e outros órgãos da administração a adotarem ações imediatas para minimizar os impactos causados pelos temporais registrados nas últimas semanas. A prioridade, segundo o município, é garantir o funcionamento de serviços essenciais, como unidades de saúde, escolas, equipamentos de assistência social, estruturas de segurança pública, mobilidade urbana e abastecimento.

Em resposta à Tribuna de Anápolis, a Equatorial Goiás afirmou, por meio de nota oficial, que o fornecimento de energia em Anápolis “permanece regular”, mesmo diante das condições climáticas adversas. A empresa sustenta que os indicadores regulatórios acompanhados

pela Agência Nacional de Energia Elétrica comprovam a continuidade e a segurança do serviço prestado no município.

Segundo a concessionária, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) apresentou redução de 60% nos últimos quatro anos, o que representa uma queda acumulada de quase 12 horas no tempo médio de interrupção por consumidor. Já o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) teria recuado 54% no mesmo período, com diminuição de 5,2 ocorrências. Ainda conforme a empresa, as metas regulatórias estabelecidas teriam sido atingidas dois anos antes do prazo pactuado com a Aneel.

A Equatorial também atribui parte dos episódios recentes às condições climáticas registradas no município. Dados do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás indicam que apenas em fevereiro foram contabilizados 112 milímetros de chuva em Anápolis, além de fortes rajadas de vento e descargas atmosféricas. Esse cenário, segundo a distribuidora, teria provocado quedas de árvores e danos à rede elétrica.

Outro ponto levantado pela concessionária diz respeito à responsabilidade pela manutenção da vegetação urbana. A empresa destaca que a gestão preventiva das árvores é atribuição do poder público municipal, cabendo à distribuidora apenas o chamado “livramento de rede”, conforme prevê a Resolução Normativa nº 1.000/2021 da Aneel. Nesse contexto, a Equatorial sustenta que a poda e o controle de árvores em áreas públicas são fatores determinantes para a prevenção de interrupções.

Além das intempéries, a concessionária menciona o número de abalroamentos em postes como elemento relevante para o aumento no tempo de recomposição do serviço. Em 2025, foram registrados 110 casos desse tipo em Anápolis, o que corresponde a uma média de



Márcio Corrêa tem protagonizado embate com grandes empresas e, a da vez, tem sido a Equatorial

nove ocorrências por mês. Cada colisão, segundo a empresa, demanda reconstrução da estrutura e mobilização de equipes técnicas, impactando diretamente o tempo de restabelecimento da energia.

Apesar das divergências, a Equatorial declarou que respeita o decreto municipal e mantém equipes de prontidão 24 horas por dia, sete dias por semana, com monitoramento constante das condições climáticas e prioridade no atendimento às áreas consideradas essenciais.

O atual embate, entretanto, não ocorre de forma isolada. Vale lembrar que, no fim de janeiro, o prefeito Márcio Corrêa já havia se manifestado publicamente sobre outro episódio envolvendo a concessionária: os desdobramentos da investigação que apura a morte do menino João Victor Gontijo de Oliveira, de 10 anos, ocorrida em setembro de 2025, na Vila Jussara.

Em vídeo divulgado nas

Reprodução/Instagram

da da perícia oficial, o que comprometeu a preservação da cena e dificultou a apuração da responsabilidade.

Embora não tenha sido possível individualizar autoria para indiciamento por homicídio culposo, a Polícia Civil concluiu que a morte foi resultado de uma cadeia de falhas técnicas e omissões, incluindo instalação irregular de cabos, ausência de identificação conforme normas técnicas e falhas de fiscalização. O inquérito foi encaminhado ao Ministério Público, que analisará a possibilidade de oferecimento de denúncia.

Na ocasião, Márcio Corrêa afirmou que, desde o primeiro momento, a Prefeitura atuou com responsabilidade, prestando apoio à família e colaborando com as investigações, sem criar versões ou transferir culpas. O prefeito também relatou ter conhecido João Victor poucos dias antes da tragédia, destacando o impacto emocional do caso e cobrando que a Equatorial viesse a público prestar esclarecimentos.

Procurada à época, a Equatorial Goiás declarou não ter sido oficialmente comunicada sobre os indiciamentos e reiterou seu compromisso com a transparência e a colaboração com as autoridades competentes.

Diante desse histórico recente, o decreto de emergência amplia o clima de tensão institucional. Enquanto o prefeito sustenta a necessidade de embates com grandes empresas, usando medidas extraordinárias em nome de “garantir a normalidade dos serviços essenciais em meio aos temporais”, a concessionária defende seus indicadores de desempenho e atribui parte significativa dos problemas a fatores climáticos e estruturais que extrapolam sua responsabilidade direta.

Para a população de Anápolis, entretanto, o que está em jogo vai além de indicadores técnicos ou disputas administrativas: trata-se da segurança, da continuidade de serviços básicos e da confiança nas instituições responsáveis pela infraestrutura urbana.

redes sociais, o gestor classificou como graves as informações reveladas pelo Jornal O Popular, que apontaram o indiciamento de dois funcionários da Equatorial Goiás por fraude processual no curso do inquérito policial. Segundo o relatório final da Polícia Civil de Goiás, houve tentativa de induzir as autoridades ao erro, com a apresentação de um cabo de fibra óptica identificado como pertencente à Prefeitura de Anápolis, alegando que aquele teria sido o fio responsável pelo choque elétrico que matou a criança.

A perícia técnica, contudo, concluiu que o material apresentado não possuía qualquer sinal de energização, aquecimento ou dano elétrico compatível com o acidente. O laudo apontou que o cabo efetivamente envolvido na morte de João Victor apresentava marcas evidentes de queima, carbonização e aquecimento extremo. Também foram identificadas intervenções no local do acidente antes da chega-

FUNDO

Caiado e Daniel Vilela anunciam fim da cobrança do Fundeinfra

Anúncio ocorreu durante a solenidade de instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Daniel Vilela anunciaram, na quarta-feira (18/2), o fim da cobrança da contribuição do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), visando garantir melhores condições de produção e renda a agricultores de Goiás. Durante sessão solene de instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), o chefe do Executivo

goiano afirmou que enviará à Casa o Projeto de Lei para revogação da cobrança nesta quinta-feira (19/2).

Caiado explicou que a decisão, tomada em conjunto com Daniel Vilela, acompanha a atual conjuntura econômica do país. "Por falta de um seguro rural no Brasil, por questões climáticas que acometeram todo o país, principalmente o Centro-Oeste, em decorrência do custo de produção da safra agrícola e pelo baixo preço dos produtos, cancelamos a cobrança do Fundeinfra no Estado de Goiás", discursou.

"Temos noção da carga que recai hoje sobre o produtor rural em termos do custo de um governo federal que pratica uma verdadeira agiotagem. Hoje, os produtores não conseguem renegociar suas dívidas, e, ao mesmo tempo, o custo de produção está matando a produtividade, porque o custo da mercadoria está extremamente baixo. Diante desse cenário, antes que aconteça a colheita da safra, decidimos acabar com o Fundeinfra", completou Caiado.

Para Daniel Vilela, o Fun-



Ronaldo Caiado e Daniel Vilela anunciam o fim da cobrança do Fundeinfra na Alego

deinfra cumpriu seu papel perante a sociedade, levando benefícios a todos os cantos de Goiás. "As pessoas confiaram, acreditaram e reconhecem que foi feito um bom uso desses recursos, que hoje dão uma condição melhor de infraestrutura em todas as regiões", garantiu. "Essa decisão de revogar a cobrança se dá em um contexto de reconhecimento por parte do governo das dificuldades enfrentadas pelos produtores. Estamos vivendo uma safra desafiadora, um clima complexo que traz uma certa preocupação em relação à produção e à produtividade.

É uma colaboração nossa para o agronegócio goiano", completou o vice-governador.

Daniel Vilela garantiu que o fim da cobrança do Fundeinfra para produtores rurais e do setor mineral não vai impactar na continuidade dos investimentos em estradas, pontes e outras obras de infraestrutura em Goiás.

O Fundo Estadual de Infraestrutura foi criado em 2022 pelo Governo de Goiás com objetivo de captar recursos financeiros oriundos da produção agrícola, pecuária e mineral do Estado e destinar à implementação de obras de

infraestrutura.

Atualmente, o Governo de Goiás executa 24 obras, contemplando mais de 590 quilômetros da malha viária estadual, carteira que será ampliada com outras 18 intervenções em licitação e com contratos em fase de retomada. Com um investimento de R\$ 837,6 milhões, já foram concluídas sete obras, que somam 340 quilômetros de asfalto novo em todo Estado.

Desse total, foram pavimentados 164 quilômetros nas rodovias GO-154, GO-219, GO-230 e GO-050. Também foram restauradas as rodovias GO-080, GO-040 e GO-184, totalizando 175 quilômetros de pavimento totalmente renovado.

As obras em andamento representam um aporte aproximado de R\$ 1,7 bilhão, em serviços de duplicação (42 km), pavimentação (492 km), restauração (56 km) e Obras de Arte Especiais (0,36 km). Além disso, outras 40 intervenções estão em fase de planejamento, elaboração de projeto ou contratação, investimento de R\$ 5,1 bilhões para a execução de mais de 1,5 mil Km de malha viária.

Caiado faz balanço da gestão e projeta R\$ 9,8 bilhões em caixa ao deixar o governo

O governador Ronaldo Caiado fez discurso de agradecimento pela parceria com a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), durante sessão solene de instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, na quarta-feira (18/2). Ao ler a mensagem do Executivo no plenário Iris Rezende, destacou a mudança no conceito de gestão no Estado que, a partir de 2019, passou a ser balizado pela responsabilidade com orçamento e moralidade em prol do interesse público. "Conseguimos construir o que existe hoje de referência no Brasil como gestão pública", ressaltou ao dizer que entregará o governo com R\$ 9,8 bilhões em caixa.

Caiado se despede do Executivo goiano no final de março. Em tom de encerramento, detalhou como a conduta ética foi capaz de transformar o perfil do Estado cuja dívida consolidada em 2019 era de R\$ 6,4 bilhões. "Hoje não tem nada atrasado, não tem dívida a receber, é um estado redondo", afirmou ao mencionar que o diálogo com os demais Poderes foi



Caiado destaca a parceria entre o executivo e a Casa na aprovação de matérias

um dos pilares para enfrentar o colapso financeiro que recebeu. "O que existia em Goiás é o que existe hoje no Brasil: ausência de moral, de autoridade moral. Podem até não concordar com tudo, mas aqui o dinheiro público é preservado e é bem aplicado", defendeu.

O governador enfatizou a relevância da atuação integrada, transparente e democrática entre o Executivo, Legislativo e o Judiciário no processo de reconstrução do Estado. "Nós superamos mais de R\$ 7 bilhões só no ano de 2025 em investimento em obras, colégios, rodo-

vias, pontes e também hospitais no Estado de Goiás", detalhou em menção ao modelo de governança que, ao longo de 7 anos, resultou em estrutura de saúde regionalizada, segurança pública plena, melhores índices na educação do Brasil, entre outros avanços.

Caiado também reconheceu a atuação da Casa Legislativa na aprovação de matérias que fizeram diferença no desenvolvimento do Estado. "Goiás é o único estado que tem uma regulamentação da inteligência artificial. Vocês publicaram aqui e aprovaram uma lei que é

a maior referência no mundo hoje em inteligência artificial", enalteceu ao citar também o pioneirismo na regulamentação da Autoridade Estadual de Minerais Críticos do Estado de Goiás, aprovada em agosto do ano passado para exploração de terras raras com foco no desenvolvimento econômico sustentável, segurança estratégica e inovação tecnológica em Goiás.

O vice-governador Daniel Vilela, que conduzirá o Estado a partir de abril, reafirmou o compromisso de manter o entendimento entre as instituições democráticas. "Nós vamos manter essa relação harmônica. Sempre tive as portas abertas na casa, sempre participei ativamente das discussões, dos projetos com os deputados. Acredito que nós teremos total confiança, credibilidade, uma relação bastante profícua entre os deputados, entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo", afirmou.

O presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto, fez um balanço da última legislatura e também reconheceu o impacto positivo da parceria. "Tivemos

aprovação de 100% dos projetos do governo. Projetos sérios, projetos que contribuíram e contribuem para a melhoria da qualidade de vida do povo goiano."

Em nome da base governista, o deputado IssyQuinan, endossou o trabalho legislativo em prol dos goianos. "Em 2025, aprovamos mais de 600 leis ordinárias, confirmando o anseio representado de mais de 7 milhões de goianos, distribuídos nos 246 municípios, representados por cada um dos 41 deputados que carregam a voz de sua cidade, da sua região e do seu povo", afirmou.

O deputado Jamil Calife utilizou a tribuna para enfatizar ações que impactaram positivamente na vida dos goianos e tornaram Goiás referência nacional. "Que cada deputado e deputada, independentemente de partido, reconheça: quando Goiás precisou, houve dedicação séria e liderança", enalteceu a conduta do governador. "A história registrará que, diante da crise, houve coragem; que, diante do colapso, houve reconstrução; que, diante da descrença, houve trabalho.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Goiás enfrenta o Gama na estreia da Copa do Brasil

O Goiás terá o Gama-DF como adversário em seu retorno à Copa do Brasil. A equipe do Distrito Federal derrotou o Monte Roraima-RR por 2 a 0 na última quarta-feira pela primeira fase da competição nacional. Goiás x Gama vão se enfrentar em jogo único pela segunda fase da Copa do Brasil, em jogo marcado para o dia 25/02, próxima quarta-feira, em local ainda a ser definido pela CBF, mas a tendência é que seja no estádio Bezerrão.

Quem vencer avança à terceira fase. O Goiás vai receber R\$ 1,38 milhão para disputar a segunda fase da Copa do Brasil. Se avançar à terceira fase, ganhará mais R\$ 1,53 milhão.

A Copa do Brasil é uma das prioridades do Goiás em 2026. Além de conquistar o campeonato goiano e subir para a série A do campeonato brasileiro, o clube da Serrinha pretende avançar o máximo que puder na Copa do Brasil, competição que pode garantir um aporte

financeiro capaz de suprir as dificuldades de faturamento em um clube que vai participar pelo terceiro ano consecutivo da série B. A venda dos jogadores Larson para o Palmeiras e Raykkonen para o Internacional renderam aos cofres do Goiás a quantia de R\$ 6 milhões. Esse valor pode se multiplicar caso os atletas sejam negociados no futuro. Essas negociações também estão contribuindo para a estabilizar o caixa do clube para 2026.

Fotos: Divulgação



CBF e FGF inventam playoffs para complicar o que era simples

Com a desculpa de proporcionar mais emoção para as competições, CBF e FGF inventaram os playoffs para decidir situações que na fórmula de pontos corridos se resolvem na rodada final. É playoff para definir os quatro classificados na série B, é playoff para decidir quem vai cair no campeonato regional, é playoff para definir quinto e oitavo colocado, ou seja, uma "baboseira" para enganar o torcedor e forçá-lo a pagar ingressos em partidas desnecessárias.

Nos campeonatos de pontos corridos tudo isso

fica resolvido na última rodada, sem rodeios, sem invenções, sem complicações na cabeça do torcedor. Dizem que na série B essas mudanças foram sugestões do Vila Nova e CRB, times que nunca subiram para a série A na modalidade pontos corridos. Acreditam que assim poderão conquistar a terceira ou a quarta vaga e debutar na elite do futebol nacional. É o famoso "jeitinho" para os incompetentes alcançarem os "píncaros da glória", aonde nunca chegaram pelas vias naturais.

PLAYOFF SALVA

A APARECIDENSE

A artimanha dos fracassados salvou a Aparecidense do rebaixamento no campeonato goiano. Disputando o playoff da permanência com o Centro Oeste, a Aparecidense conseguiu uma vitória expressiva por 4 a 0 sobre o representante de Nerópolis e garantiu sua presença na elite do futebol goiano em 2027. Na primeira partida do tal playoff em Nerópolis, o Centro Oeste venceu por 4 a 2, mas voltou para a segunda divisão em função da goleada sofrida no jogo de volta em Aparecida.

O campeonato goiano ainda não vai terminar com as semifinais e finais. Anápolis, Abecat, Crac e Jataiense vão disputar um mata-mata valendo a quinta colocação do torneio. Alegam que a disputa dos famigerados playoffs é importante, sobretudo para Crac, Jataiense e Abecat. Dois deles vão conquistar uma vaga na série D de 2027. O Anápolis, integrante da série C, não está nesta disputa pela vaga na quarta divisão. Se o Galo da Comarca passar pela Abecat e ir para a disputa do quinto lugar, a vaga na série D

do ano que vem ficará com o sétimo colocado, que vai ser determinado pela classificação geral.

O quinto lugar vale para os quatro clubes. O Estado de Goiás tem quatro vagas na Copa do Brasil, que ficaram com Goiás, Vila Nova, Atlético e Anapolina. Se um dos clubes da capital subir para a série A do campeonato brasileiro, o quinto lugar do Goianão também terá uma vaga na Copa do Brasil do ano que vem - times da primeira divisão entram direto na quinta fase da Copa do Brasil. Simples não é? Claro que não...



Centroavante Cadu, regularizado e pronto para jogar

- ✓ O centroavante Cadu, contratado pelo Goiás junto ao Atlético Mineiro foi apresentado ao torcedor esmeraldino. O jogador está regularizado no BID da CBF e já pode ser relacionado pelo técnico Daniel Paulista.

- ✓ O técnico Rafael Lacerda, do Atlético, tem problemas com contusões para definir o time que tem pela frente o Vila Nova nos confrontos da semifinal do campeonato goiano.
- ✓ O volante Matheus Índio e o zagueiro Tito estão no Departamento Médico. Se não tiverem condições de jogo, Ariel entra no lugar de Matheus Índio e Igor Henrique na vaga do defensor Tito.
- ✓ Anapolina e Goiás se enfrentam pela sexta vez na história das semifinais envolvendo as duas equipes. O Goiás venceu todas e quer manter os 100% de aproveitamento contra o time anapolino em semifinais.
- ✓ Bruno José, contratado recentemente pelo Atlético, foi regularizado e está à disposição do treinador para enfrentar o Vila Nova no domingo. Adson Batista não está satisfeito com o desempenho dos atacantes de lado do time rubronegro.



OBA com gramado novo

- ✓ O gramado do estádio Onésio Brasileiro Alvarenga já está em condições de jogo. As obras da Prefeitura na Avenida que dá acesso aos portões do OBA também já foram concluídas. Com isso, o Vila volta a jogar em seu estádio nas semifinais do Goianão.